

IDH 0,900: 200 anos de independência

José Machado

O título deste artigo é sugestivo e instigante, porém, para muitos, incompreensível à primeira vista. Quer dizer o seguinte: fixar 0,900 como meta de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o nosso País em 2022, ano em que nós, brasileiros, celebraremos 200 anos de independência política.

Por que o IDH e não outro indicador? O IDH é um indicador interessante porque o seu cálculo embute critérios que traduzem razoavelmente a aspiração por um País com melhor qualidade de vida e justiça social, quais sejam: nível de educação, sintetizando os índices de alfabetização e de escolaridade; expectativa de vida, sintetizando as condições de saúde e de salubridade; nível de renda, baseado no Produto Interno Bruto per capita. Quanto maior for o IDH de um País tanto melhor é a sua qualidade de vida e tanto menor é a sua desigualdade social, muito embora neste item o Índice Gini seja o indicador mais apropriado.

Evolução - E por que 0,900 e não outro valor? A evolução do IDH brasileiro tem sido lenta, porém inexorável. Em 1985 esse índice era de 0,700; em 1990, de 0,723; em 1995, de 0,753; em 2000, de 0,789 e em 2005, de 0,800, marca que colocou nosso País, pela primeira vez, no grupo de países de Desenvolvimento Elevado (faixa 0,800-0,900). Em 2006 o índice foi para 0,808. O Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 que o PNUD divulgou recentemente informa que o Brasil alcançou em 2007 IDH 0,813.

Nessa escalada, e considerando que no governo Lula ainda resta apurar os resultados do IDH para 2008, 2009 e 2010 e teremos três governos inteiros no Brasil até 2022, é perfeitamente razoável aspirarmos um IDH 0,900 para esse horizonte de planejamento, sobretudo quando vislumbramos as excelentes perspectivas da economia brasileira para os próximos anos. Essa marca, uma vez atingida, nos colocará no clube de países de Desenvolvimento Humano Muito Elevado, ou seja, no primeiro time.

O governo brasileiro acaba de definir a meta voluntária de redução das emissões de gases que causam o efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020, autorizando que a mesma seja institucionalizada por meio de sua incorporação ao projeto de lei que cria a Política Nacional sobre Mudança Climática, que tramita no Congresso Nacional.

Fixar uma meta para um indicador social, no caso o IDH, associada à meta ambiental de redução de emissões de gases de efeito estufa, sintetiza, de algum modo, um projeto de nação baseado em um padrão de desenvolvimento inclusivo e ambientalmente sustentável.

Essa associação, vinculada a um marco político de alto teor simbólico - 200 anos de Independência! -, é mais, muito mais que um mero exercício de futurologia. Permite mexer com a imaginação, o brio e a auto-estima dos brasileiros a qual, aliás, está em alta nos dias atuais como fruto de uma conjugação de fatores associados ao bom desempenho da economia, à melhoria das condições sociais e à inserção soberana do Brasil no resto do mundo, sem falar na descoberta das reservas petrolíferas do pré-sal e da escolha do País para sediar a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

Metas - A vantagem de uma política de metas associada a um projeto de nação, independentemente do nível das ambições nela embutidas, é a de dar maior racionalidade ao esforço nacional em seu processo de desenvolvimento. Deixa mais claro o papel do Estado e permite que este avance no sentido de fortalecer o processo de planejamento estratégico integrado e de criar o ambiente propício para que as forças econômicas políticas e sociais busquem, incessantemente, ancoradas na legitimidade do estado democrático de direito do nosso País, o máximo de eficiência e eficácia em seus objetivos.

Não é mais razoável nos satisfazermos em proclamar que somos o País do futuro. Impõe-se que perguntemos que futuro é esse, que cara ele tem, e saibamos quais esforços devemos despender e construir para alcançá-lo.

As metas aqui preconizadas, para serem efetivas, devem ser encampadas por toda a sociedade e pelo Estado nacional, incluídas todas as unidades federativas.

Mãos à obra e que cada qual faça a sua parte.